

O processo de fracasso cumulativo na alfabetização e letramento descrito por Magda Soares dentro do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Danila Castilho da Silva¹

Resumo: O presente trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sendo realizada de forma bibliográfica dentro de algumas obras de Magda Soares com o objetivo de compreender o processo de alfabetização e letramento em suas obras, assim como fazer ligação com as metodologias utilizadas nos dias atuais. E dessa forma indagar o processo indicado por Magda Soares (2004) como fracasso cumulativo, o que abordara o processo de crianças não alfabetizadas nos prazos pré estabelecidos pelo MEC dentro do PNAIC, o que seria até os oito anos de idade que corresponde ao 3º ano do ensino fundamental menor. A metodologia contara com um embasamento bibliográfico nas obras de Magda Soares e Emília Ferreiro no que diz respeito ao processo de alfabetização, assim como outros autores secundários. Pretendemos fazer um suporte teórico dentro do livro principal que orienta o PNAIC para compreender as formas de aprendizagem orientadas pelo programa. Como resultado apontamos uma possível orientação sobre o processo assim como uma possível reflexão sobre o fracasso cumulativo que alcança diversas crianças atualmente. Entendemos que se faz necessário uma melhor reflexão sobre o processo de alfabetização e letramento na educação infantil

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento. Fracasso Cumulativo. Políticas Públicas Educacionais

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa está vinculado aos fatores que abordam processos de alfabetização, o qual se trata especificamente do fracasso cumulativo descrito por Magda Soares (2014) dentro Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Procuramos compreender quais os impactos o programa em questão leva para o processo de alfabetização e letramento das crianças alfabetizadas e das não alfabetizadas dentro do programa, levando em considerações suas metodologias e técnicas linguísticas, assim como, sua eficácia e ou ineficácia.

Partindo de tal pressuposto, nosso intuito será, além de abordar o processo de alfabetização dentro do programa, analisar se os objetivos propos-

¹ Campus Universitário de Abaetetuba – UFPA. e-mail: nilasilva111@hotmail.com

tos pelo mesmo estão sendo alcançados com êxito, assim como, compreender seus desafios, limitações e insucessos.

Baseando-se nessa perspectiva vamos analisar os conceitos de alfabetização descritos por vários autores, principalmente, Magda Soares e Emília Ferreiro, assim como, descrever como o PNAIC tem sido implantado nas escolas.

O principal pressuposto que fundamenta a problematização de nossa pesquisa se trata de compreender as metodologias do PNAIC como fator importante para o processo de alfabetização, assim como, analisar como o mesmo trabalha para que as crianças que não conseguem serem alfabetizadas até os oito anos, que é o prazo do programa, não sejam direcionadas para as séries seguintes sem ter as habilidades necessárias, para que as mesmas não tenham um fracasso cumulativo nas séries seguintes, como descreve Magda Soares na entrevista dada ao portal do MEC em 2004.

O PNAIC E A (DES)CONSTRUÇÃO PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal e solidário assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”.

Há três indicadores principais que podem evidenciar o sucesso do PNAIC. O primeiro é o resultado da escola nas avaliações das redes e na ANA. O segundo é o professor alfabetizador ganhar autonomia no uso competente de estratégias e recursos didáticos que lhe permitam efetivamente alfabetizar, independentemente dos livros e dos materiais escolhidos pela rede ou instituição. O terceiro diz respeito a diretores e coordenadores pedagógicos que sejam capazes de apoiar os professores e organizar um ambiente motivador à leitura e escrita na escola, compreendendo que alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades.

O qual segue a seguinte legislação:

§ Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013.

§ Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

§ Resolução/CD/FNDE nº 10, de 4 de dezembro de 2015.

§ Portaria MEC nº 279, de 6 de março de 2017.

§ Portaria MEC nº 826, de 6 de julho de 2017.

§ Portaria MEC nº 851, de 13 de julho de 2017.

O programa está diretamente ligado ao Plano Nacional de Educação (PNE) que na sua meta 5 tem como objetivo alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Eixos de atuação

A primeira ação do PNAIC é a formação continuada de professores alfabetizadores e de orientadores de estudo

O segundo eixo trabalhado pelo pacto é a distribuição de materiais didáticos voltados para a alfabetização.

Para avaliar os resultados do PNAIC, o Ministério se baseará nos resultados colhidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

Por fim, o Ministério dará ênfase ao fortalecimento dos conselhos de educação, dos conselhos escolares e de outras instâncias comprometidas com a Educação nos estados e municípios.

ALFABETIZAÇÃO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A alfabetização de crianças, sempre foi um assunto muito discutido. Muito se fala em alfabetizar a criança o quanto antes, mas muitas questões permeiam esse objetivo, pois, a alfabetização requer de metodologias e teorias específicas para que a mesma seja um processo eficaz. O letramento está muito presente nos dias de hoje, até mesmo em âmbitos não escolares. As crianças vivem em um mundo cheio de estímulos visuais, propagandas, ou seja, desde muito pequenos estão imersos em um mundo letrado. Nada mais natural, estas crianças interessarem-se em descobrir o que quer dizer as letras dos livros, as músicas que escutam, entre outros.

Ao falarmos em alfabetizar crianças e adultos no Brasil, podemos nos referir a práticas diversas de ensino da leitura e da escrita, desde aquelas vinculadas ao ensino de letras, sílabas e palavras com base em métodos sintéticos ou analíticos e que usam textos cartilhados, até as que buscam inserir os alunos em práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma forma, podemos nos referir a práticas desenvolvidas em diferentes espaços: na família, no trabalho, na escola. Considerando que esta última é a instituição oficial responsável pelo ensino da leitura e da escrita, podemos considerar que, mesmo nesse espaço, esse ensino tem apresentado certa diversidade. (PNAIC/MEC, 2017, p. 6)

A alfabetização e letramento devem ter sua presença na educação infantil, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas particularidades, como também as práticas de leitura e escrita.

Ao analisarmos como o processo de alfabetização e letramento devem acontecer de fato, vemos alguns fatores que segundo Soares (2009) são indispensáveis para alcançar tais objetivos, são eles: Compreender o que é lido e escrever de forma que os outros compreendam o que se escreve; Conhecer diferentes gêneros e diferentes portadores de textos e fazer uso deles para ler e para escrever; Participar adequadamente dos eventos de várias naturezas de que fazem parte a leitura e a escrita; Construir familiaridade com o mundo da leitura e da escrita; Desenvolver atitudes positivas em relação a importância e ao valor da escrita na vida social e individual

Diversos fatores rodeiam a temática, e uma autora importante que discute o assunto é Emília Ferreiro que buscou um novo olhar para o processo de alfabetização, inicialmente colocando em questões os métodos tradicionais de cartilhas e formas silábicas repetidas.

Consequentemente, Ferreiro se opõe ao conceito de alfabetização entendido como a aprendizagem de duas técnicas diferentes (codificar e decodificar a língua escrita), em que o professor é o único informante autorizado. Ferreiro defende, então, o conceito de alfabetização que vai em sentido contrário, já que a considera como o processo de aprendizagem da língua escrita. Segundo a autora alfabetização também é uma forma apropriar-se das funções sociais da escrita.

Sendo assim, entendemos o processo de alfabetização como um sistema permeado por diversos fatores que devem ser analisados com cautela, pois se trata do início da vida escolar de cada pessoa, e o mesmo deve ter embasamento teórico metodológico para cada ação.

Ferreira e Taberosky (1985, p. 183-215) classificam a psicogênese em cinco níveis: Pré-silábico- nível 1 Ferreiro e Teberosky (Id, p. 186) afirmam que, neste nível, “escrever é reproduzir os traços típicos da escrita que a criança identifica como forma básica de escrita”. A criança já tem consciência do que fala, em sua escrita predomina letra cursiva, sua forma poderá variar em rabiscos com linhas e curvas sem ligação. De acordo com Ferreiro e Taberosky (Id., p.184/185)

...A correspondência se estabelece entre aspectos quantificáveis do objeto e aspectos quantificáveis da escrita, e não entre aspecto figural do escrito. Isto é, não se buscam letras com ângulos marcados para escrever “casa” ou letra redondas para escrever “bola”, mas sim, um

maior numero de grafias maiores ou maior comprimento do traçado total se o objeto é maior, mais comprido, tem mais idade ou maior de objetos referidos.

Pré-silábico - nível II: A criança já tem um desenvolvimento com relação com as hipóteses criadas a partir de sua escrita, ela não aceita apenas rabiscos, começam nessa fase, definir as formas das letras, onde cada letra possui uma função. Ferreiro e Teberosky (id., p.186) “A hipótese central deste nível é a seguinte: Para poder ler as coisas diferentes (isto é, atribuir significados diferentes), deve haver uma diferença objetiva na escrita.” Hipótese silábica- nível III: Nesta fase a construção da escrita é de responsabilidade da criança. De acordo com Ferreiro e Taberosky. (id., p, 193), “este nível está caracterizado pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita”. Nível Silábico Alfabético- nível IV: A criança está em transição, nesse momento elas transferem para o papel suas experiências, seus saberes relacionados à escrita.

Nível alfabético – nível V: Este é o momento em que a escrita alfabética, estabelece o processo final da psicogênese da linguagem escrita, momento em que as crianças constroem suas hipóteses e chegam à escrita convencional. Para Ferreiro e Taberosky (m Id, p, 213)

A escrita alfabética constitui o final desta evolução. Ao chegar este nível, a criança já franqueou a “barreira de códigos”: compreendendo que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. Isto não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas: a partir desse momento a criança se defrontará com as dificuldades próprias da ortografia. A partir das conclusões de Emília Ferreiro, entendeu-se que as crianças têm um papel ativo no seu aprendizado, onde elas constroem o próprio conhecimento, dando origem à palavra construtivismo. O construtivismo chegou ao Brasil, nas primeiras séries do ensino fundamental, por meios de estudos de Emília Ferreiro e colaboradores em meados da década de 80, trouxe a colaboração à prática de resgatar o aluno como participante ativo na educação escolar. Na concepção construtivista, a aprendizagem não é espontânea, nem se dá por memorização, mas é construída pela atividade do aluno, pela socialização do conhecimento cultural, dos símbolos da linguagem oral e escrita, onde o aprendizado acontece por uma interação do aluno com o objeto de conhecimento, essa interação é mediada pelo professor. Sendo assim, o aluno constrói ativamente seu conhecimento. O conceito de alfabetização chama atenção não apenas pelo ato de ler e escrever (codificar e decodificar), mas na prática social, onde ler e escrever é necessário. Soares (2000, p, 47) define a alfabetização como: “ação de ensinar/ aprender a ler e escrever”.

POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS: ENTRE A TEORIA E A REALIDADE

As políticas públicas educacionais são em sua maioria direcionadas para a melhoria da didática de ensino das escolas públicas, contudo o que vemos em nossa realidade é um descompasso no que se refere ao conteúdo teórico dos projetos e programas vindos do governo e o que está sendo colocado em prática nas escolas, e isso atingi diretamente a eficácia do ensino. Partindo disso, compreendemos a importância de políticas pública que sejam viáveis, e que, principalmente, recebam apoio para serem executadas, haja vista que, se a escola não tiver suporte para desenvolver o trabalho proposto nos programas, a mesma não poderá realizar com êxito o mesmo, deixando assim o ensino à mercê de metodologias rasas, como afirma Vitor Paro (2001),

O mais grave é que esse descompasso entre teoria e prática nas políticas públicas em educação é realidade nas escolas, o qual traz prejuízos para eficácia da educação escolar em sua desejável contribuição para a transformação social. Isso porque, além de a teoria, por vezes, não se apropriar de elementos relevantes da prática, abstraindo sua concretude, a prática dos professores e demais educadores escolares, frequentemente, deixa de fazer uso de importantes contribuições teóricas presentes nos trabalhos dos estudiosos e idealizadores de políticas públicas. (p. 37)

Sabe-se, em geral, que as políticas públicas educacionais buscam resultados visíveis, que possam gerar gráficos crescentes e positivos dos índices de alfabetização, contudo não se pode analisar o grau de rendimento apenas por gráficos quantitativos, que muitas vezes mostram dados contrários a realidade das escolas públicas, como disse Gramsci (1978), “dado que não se pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade(...) toda contraposição dos dois termos é, racionalmente um contrassenso.”. Por isso, é necessário sairmos de um simples discurso de melhorias baseado em dados que muitas vezes sequer são de nossa região. Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Entendemos que em sua maioria as políticas públicas estão diretamente ligadas a uma questão governamental de poder e luta para se manter no poder, isso acarreta grandes modificações no cenário educacional, pois, através dessa luta por poder vemos muitas políticas públicas educacionais sendo assinadas sem nenhum fundamento social e ou sem nenhuma pesquisa social que anteceda a mesmo, frisamos que não é o caso do PNAIC, pois a mesma é de grande valia para todo contexto educacional, contudo não tem

sido completamente eficaz pelo fato da mesma não ser levada tão a sério primeiramente por muitas escolas assim como pelo governo.

Entendemos que essa luta por se manter no poder muitas vezes tem mascarado nossos parlamentares para a realidade da educação brasileira, assim como para a realidade das escolas periféricas. Isso engloba em um contexto geral aquela criança que precisa e uma maior atenção dentro da sala de aula e simplesmente não tem esse suporte. Ressaltamos que diante dessa realidade podemos ressaltar que muitas políticas públicas seriam a solução para grande parte do analfabetismo que temos no país, contudo as mesmas estando somente no papel não podem fazer nada além de serem belas teorias, essas fossem levadas a realidade das escolas brasileiras e assumidas com responsabilidade pelos seus gestores veríamos grandes avanços na educação.

O PROCESSO DE FRACASSO CUMULATIVO

A alfabetização é um processo indispensável na vida do ser humano, e ela é responsável pela apropriação do sistema da escrita e também pela conquista dos princípios alfabéticos e ortográficos que possibilitam o aluno a ler e escrever com autonomia.

O fracasso na alfabetização se dá por diversos fatores, são inúmeras as causas que levam uma criança ou até um adulto a não ser alfabetizada devidamente, um dos exemplos claros se dá pelo meio onde se vive, de uma forma geral em seu contexto social, esse fator se torna fundamental quando a criança e o adulto relaciona os fatores externos com seu processo de ensino aprendizagem. No entanto, além dos diversos fatores que implicam nesse processo, queremos relatar aqui o processo de fracasso cumulativo onde Magda Soares (2004) relata que esse processo se dá pelo fato de muitas crianças não serem alfabetizadas devidamente na idade adequada, e principalmente quando essa criança é passada de serie sem ter as habilidades necessárias para o estágio em que se encontra.

Segundo Cagliari, (1992), escrever e ler são atos linguísticos. Para ele, muito do que ele sofreu na escola, e os alfabetizados sofrem até hoje, poderia ser solucionado se o alfabetizador compreendesse as questões da fala, a natureza da escrita, suas funções e usos. Os problemas da alfabetização abrangem muitos fatores, mas segundo Cagliari quanto mais o professor conhecer os aspectos da aquisição do conhecimento pela criança, maior a possibilidade de ter sucesso no processo de alfabetizar seus alunos.

Para Cagliari (2009, p.6),

O processo de alfabetização inclui muitos fatores, e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá o professor de caminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais.

Franchi (2012 p. 08) traz alguns fatores que justificam as dificuldades dos alunos no processo de alfabetização e do letramento, para ele,

Talvez um dos mais relevantes fatores do atual fracasso do ensino da língua escrita nas escolas seja a perda da especificidade, um apagamento da alfabetização em seu sentido mais restrito domínio de um código e de habilidades de utiliza-lo para ler e escrever. A natureza do objeto de conhecimento em construção vem sendo subestimado em relação ao processo do letramento. Entretanto, que não pode garantir a eficácia do aprendizado da norma urbana de privilégios somente através do convívio escrito que circula nas práticas sociais, ou seja, do convívio da cultura erudita

Segundo o fascículo do pro letramento (2008, p, 19)

A compreensão geral do mundo da escrita é tanto um fator que favorece o progresso da alfabetização dos alunos como uma consequência da aprendizagem da língua escrita na escola. Por isso é um dos eixos a serem trabalhados desde os primeiros momentos do percurso de alfabetização. Isso significa promover simultaneamente a alfabetização e o letramento.

Podemos dizer que o processo de alfabetização e letramento tem como fator recorrente, uma relação positiva entre aluno e professor, onde ao longo dos dias ambos criam e fortalecem, diariamente, laços de afetividade. Um dos fatores que compromete seriamente o processo de aquisição das habilidades de ler e escrever é o fato de muitos professores acreditarem que somente após o processo de alfabetização é que deve ser iniciado o processo de letramento, ou seja, que para se tornar um letrado, é preciso primeiramente adquirir a tecnologia da escrita.

Em suma, as dificuldades para a alfabetização são diversas, são inúmeros os fatores que podem levar ao fracasso cumulativo, e um dos principais se trata de não ser identificado essa dificuldade com antecedência e assim fazer com que a criança avance nos níveis de escolaridade sem está apta para as séries seguintes.

Todo esse processo pode acarretar grandes problemas futuramente, pois, essa mesma criança que avançou sem as habilidades necessárias pode futuramente está evadindo da escola por dificuldades maiores, o que ocasiona grandes índices de reprovação e evasão escolar. Podemos citar aqui que grande parte dos adultos que abandonam a escola são aqueles que tiveram dificuldades desde o início de seus estudos.

Há evidência de que reprovações cumulativas são uma das principais causas da evasão e abandono. Todo ano, 1,2 milhões de jovens repetem a série. Isso tem um impacto psicológico grande, pois o jovem começa a se sentir incapaz, desmotivado e extremamente fora de lugar em uma turma com alunos mais novos, aumentando assim sua chance de sair da escola.

Para Ferreira (2001), são várias e as mais diversas as causas da evasão escolar. Considerando os fatores determinantes da ocorrência deste fenômeno, este autor agrupa as causas da evasão escolar da seguinte maneira:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc. Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc. Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc. (FERREIRA, 2001, p. 33).

Para este autor, as causas do abandono escolar são concorrentes e não exclusivas, o que significa dizer que “a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola” (FERREIRA, 2001, p. 33).

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa contou inicialmente com um levantamento bibliográfico dos autores concernentes ao tema, assim como um detalhado suporte teórico metodológico dentro de diversas obras de Magda Soares, e também do livros que correspondem ao suporte do PNAIC.

Dessa forma, pós concluir a investigação do objetivo proposto, constatou-se que fatores que interferem no processo de alfabetização e do letramento é a questão social, a desestruturação familiar, a bebida alcoólica e a falta de diálogo, pois, distancia os pais da escola. Verificou-se que as crianças que não estão com as habilidades e competências necessárias ao ano de matrícula, estão muitas vezes sendo inseridas no contexto social de vulnerabilidade, percebemos que diversos fatores implicam nesse processo

no entanto muitas vezes o que se torna fundamental é o processo metodológico que está sendo realizado dentro das escolas, o que muitas vezes está ocasionando o fracasso cumulativo onde crianças são passadas de serie sem ter as habilidades necessárias para as series seguintes

O presente trabalho ainda não conta com resultados específicos pois é uma pesquisa em andamento que ainda contara com muitos levantamentos bibliográficos, assim como um maior suporte teórico metodológico. No entanto já podemos perceber uma resposta significativa no que diz respeito a questão bibliográfica pois temos uma percepção que esta pesquisa muito contribuirá para o desenvolvimento de uma visão diferente sobre o processo de alfabetização e letramento dentro do PNAIC. Entendemos que pode ser de grande valia tanto para uma formação como discente quanto numa visão geral da sociedade quanto escola e profissionais.

Pode-se concluir que o trabalho com alfabetização e com letramento deve ser tratado com muita seriedade, pois é a base para construirmos uma educação de qualidade. Já é um avanço sabermos quais são as causas da evasão escolar. Entretanto é necessário também que se possa trabalhar para diminuir os índices de evasão nas escolas brasileiras, não queremos que simples atitudes que podem ser tomadas hoje venham interferir tão seriamente de forma negativa no futuro das crianças.

Sendo assim, identificamos como sendo possíveis questões a serem pesquisadas futuramente: como se dá o processo de alfabetização no ensino fundamental? Quais os critérios prioritários dentro das políticas públicas educacionais de alfabetização? Quais as formas em que estão sendo implantadas tais programas educacionais? E como crianças não alfabetizadas tem sido instruídas para não obterem o fracasso nas series seguintes?

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística** / Luiz Carlos Cagliari – São Paulo: Sipione, 2009. (Coleção pensamento e ação na sala de aula)

FRANCHI, Eglê. **Pedagogia do alfabetizador letrando: da oralidade á escrita** / Eglê Franchi- 9. Ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, L. A. M. **Direito da criança e do adolescente: direito fundamental à educação**. Presidente Prudente – SP, 2001.

FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. 21^a ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Com Todas As Letras**. 9^a ed. São Paulo: Cortez, 2001. Biblioteca da Educação –Série 8 – atualidades em Educação – v.2.

_____. **Reflexões Sobre Alfabetização.** 24ª ed. atualizada – São Paulo: Cortez, 2001 – (Coleções Questões da Nossa Época; v14)

_____. Emilia e Teberosky, Ana. *Psicogênese.* 23 ed. São Paulo, Cortez, 1994.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2004. 128p.

_____. M. **Oralidade, alfabetização e letramento.** Revista Pátio Educação Infantil-ano VII – nº 20. Jul/2009.